A MULTINACIONAL "LIMITADA": UMA ILIMITADA DISTORÇÃO

RONI GENICOLO GARCIA

SUMARIO: 1 Fundamentação legal; 2 Companhia estrangeira autorizada a funcionar no país; 3 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada; 4 As "limitadas" brasileiras nada têm a ver com as "limited companies" inglesas; 5 Laconismo e imprecisão do Dec. 3.708/19; 6 Algumas características das sociedades por quotas de responsabilidade limitada; 7 A imanente publicidade da sociedade anônima; 8 Impossibilidade de confusão entre acionista e sócio-quotista; 9 As multinacionais no Brasil; 10 Comportamento original das multinacionais; 11 Conclusão.

1. Fundamentação legal

A regra geral do sistema jurídico brasileiro permite a liberdade de associação, consistente na possibilidade de que os particulares livremente constituam entes econômicos, respeitados os preceitos legais genéricos. Essa faculdade de associação estaria contida no princípio da liberdade de iniciativa econômica, expresso constitucionalmente nos arts. 153 (§§ 23 e 24), 160 e 170. "As disposições constantes dos §§ 23 e 24 consagram o princípio da liberdade de iniciativa econômica individual. Quanto à iniciativa econômica empresarial, é definida, como princípio, no n. I, do art. 160 e reiterada, enquanto atividade, no art. 170".¹

As normas de proteção do direito individual, contudo, devem ajustar-se às de proteção do interesse social, estruturadas ambas pelo Direito, como instrumento de organização social.² A proteção do direito individual, portanto, permite a livre associação e iniciativa econômica, desde que não se contraponha a interesse social. Emergindo este, o princípio da liberdade de iniciativa continuará vigendo, mas mediante a observância de determinadas condições. Nesse diapasão, nos termos do art. 174 da CF, "a propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radio-difusão são vedadas a: I — a estrangeiros; II — a sociedades por ações ao portador; e III — a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partidos políticos".

Outras atividades ou situações, por afetarem a segurança e o interesse públicos, exigem autorização do Governo Federal para funcionamento ou orga-

1. Eros Roberto Grau, *Elementos de Direito Econômico*, São Paulo, Ed. RT, 1981, p. 52.

2. Veja Eros Roberto Grau, *ob. cit.*, pp. 1-3 e 29-31.

nização. Entre as sociedades que necessitam pleitear permissão para funcionar no país estão, entre outras (como as instituições financeiras), as pessoas jurídicas estrangeiras, que não poderão “ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, ficando sujeitas à lei brasileira”.³

A segunda possibilidade de ingresso de companhias estrangeiras no país é proporcionada pelo art. 300 da Lei 6.404/76 (“dispõe sobre sociedades por ações”), que manteve em vigor os arts. 59 a 73 do Dec.-lei 2.627/40, componentes do capítulo disciplinador “da sociedade anônima ou companhia cujo funcionamento depende de autorização do governo, sociedades anônimas ou companhias nacionais e estrangeiras”. Além do preceito já fixado pela Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, art. 11, § 1.º, estipula o art. 64 do Dec.-lei 2.627/40, mantido em vigor, a possibilidade de a companhia estrangeira ser *acionista de sociedade anônima* brasileira: “As sociedades anônimas ou companhias estrangeiras, qualquer que seja o seu objeto, não podem, sem autorização do Governo Federal, funcionar no país, por si mesmas ou por filiais, sucursais, agências, ou estabelecimentos que as representem, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionistas de sociedade anônima brasileira”.

A terceira possibilidade de acesso é garantida pelo art. 71 do Dec.-lei 2.627/40, mantido em vigor, que transcrevemos, com grifos nossos: “A *sociedade anônima* estrangeira, autorizada a funcionar no país, pode, mediante autorização do Governo Federal, nacionalizar-se, transferindo sua sede para o Brasil”.

A lei permite que a sociedade anônima estrangeira, já autorizada a funcionar no país, transfira sua sede para o Brasil, nacionalizando-se, sob a vestimenta nacional equivalente de sociedade anônima. Se a similar *sociedade anônima* estrangeira, previamente autorizada a funcionar, obtiver permissão para transferir-se, é patente que só poderá fazê-lo através do paradigma explícito e único: sociedade anônima. Não é demais repetir a denominação do capítulo que enfeixa os arts. 59 a 73 do Dec.-lei 2.627/40: “da sociedade anônima ou companhia cujo funcionamento depende de autorização do governo, sociedades anônimas ou companhias nacionais e estrangeiras”.

As companhias estrangeiras, portanto, só poderão funcionar legalmente no país: 1) por si, ou por filial, agência ou estabelecimento de sociedade anônima estrangeira, mediante autorização; 2) como acionista de *sociedade anônima* brasileira; e 3) transferindo, como *sociedade anônima*, sua sede para o Brasil, mediante autorização do Governo Federal.

É importante ressaltar que as três alternativas para a entrada da companhia estrangeira no país constam da Lei 6.404/76, que regula as *sociedades por ações*. Obviamente, além de filial, agência ou estabelecimento de companhia estrangeira com autorização para funcionar no país, a permissão da Lei 6.404/76 — que regula as *sociedades por ações* — para a existência de sociedades autônomas, por uma questão de lógica jurídica, só poderia ser ente organizado como sociedade por ações. Não obstante, a bem da clareza e do rigor que a matéria requer, a exigência de “sociedade anônima” está formalmente explicitada nos referidos artigos do Dec.-lei 2.627/40 (anterior texto regulador das sociedades por ações), mantidos em vigor pela Lei 6.404/76 (atual lei disciplinadora das sociedades por ações).

3. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, art. 11, § 1.º.

2 Companhia estrangeira autorizada a funcionar no país

A forma para ingresso de multinacionais no país, até o Dec.-lei 2.627/40, era a prevista pela legislação obrigacional,⁴ consistente na autorização do Governo Federal — se cumpridas as exigências — para que as sociedades anônimas estrangeiras aqui operassem, através de filiais, agências ou estabelecimentos que as representassem.

O Dec.-lei 2.627/40 absorveu essa modalidade, fixando⁵ uma série de condições para que as sociedades anônimas estrangeiras possam obter a autorização do Governo Federal para funcionamento no país, por si ou por filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos. Obtida a permissão, “sob pena de ser-lhes cassada a autorização, (...) deverão as referidas sociedades publicar o balanço anual e a conta de lucros e perdas das sucursais, filiais ou agências existentes no país”.⁶ Sob esse prisma de saudável obrigatoriedade da publicação de demonstrações financeiras, a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no país aproxima-se do tipo “sociedade anônima”.

Contudo, conforme já mencionamos, o art. 64 do Dec.-lei 2.627/40, além de estabelecer o *iter* descrito no parágrafo anterior, permitiu que as companhias estrangeiras se tornassem acionistas de sociedade anônima brasileira, provocando as seguintes observações de Rubens Requião, renomado estudioso da matéria: “A possibilidade de a companhia estrangeira se associar como acionista de sociedade brasileira abre larga porta para que as companhias estrangeiras burlem os dispositivos relativos à autorização governamental. Basta elas se associarem a empresa já formada, ou que se forme no Brasil, para adquirirem a “cidadania” brasileira”.⁷ O ilustre mestre, para reforço, cita a posição de famoso internacionalista, de que “(...) um acréscimo final, jamais existente em nosso direito (...) veio abrir larga porta à maior fraude ao justo e rigoroso preceito da prévia autorização. (...) Permitiu que (...) adquirissem as sociedades estrangeiras o controle das sociedades nacionais e passassem a funcionar no Brasil, indiretamente, por interposta pessoa, sem qualquer ciência ou controle do governo brasileiro. E a fraude ampliou-se ainda mais: passaram as sociedades estrangeiras a fundar diretamente sociedades brasileiras, ficando com a maioria absoluta (...)”.⁸

As severas restrições apresentadas pelos dois notáveis juristas dizem respeito ao caminho legalmente criado (“possibilidade de a companhia estrangeira se associar como acionista de sociedade anônima brasileira”). Certamente, a adoção de modelo caracterizador de desobediência à lei — como, no caso, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada — há de merecer críticas ainda mais contundentes. Aduza-se que a maneira utilizada irregularmente — soc. por quotas de responsabilidade limitada — poderia estar sendo objeto de algum controle governamental, mas constitui forma que não oferece as mesmas

4. CC, art. 20, § 1.º; posteriormente (1942), Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, art. 11, § 1.º.

5. Dec.-lei 2.627/40, art. 64, parágrafo único.

6. *Idem*, art. 70, *caput* e parágrafo único.

7. Rubens Requião, *Curso de Direito Comercial*, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 1980, p. 40.

8. Prof. Haroldo Valladão, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*,

necessárias condições de publicidade das informações proporcionadas pelas sociedades anônimas para amplo controle pela comunidade.

3 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada

Desde o século passado, foi notado o hiato entre as sociedades anônimas e as empresas em que apareciam sócios com responsabilidade ilimitada, ao lado (ou não) de sócios com responsabilidade limitada. A sociedade anônima configuraria o tipo apropriado para as grandes empresas. “Ela, com efeito, constitui notadamente a ideal estrutura das “sociedades gigantes”, e dos imensos conglomerados e grupos empresariais. Faltava, pois, na escala societária, um tipo mais leve de estrutura jurídica, que atendesse melhor aos propósitos organizacionais das pequenas e médias empresas”.⁹

Dessa forma, foi criada a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, um meio termo conveniente para as pequenas e médias empresas, conforme a clareza de Requião, com grifo nosso: “Pelas suas peculiaridades e pela sua funcionalidade, despidas do mecanismo jurídico burocratizante das sociedades anônimas, as sociedades por cotas medraram intensamente no meio econômico. Constituem, hoje, ao lado das sociedades anônimas, forma comum de organização empresarial, *dirigida, porém, para as pequenas e médias empresas*”.¹⁰

A sociedade por quotas de responsabilidade limitada foi criada pelo Dec. 11 3.708/19, que contém apenas dezenove artigos. Esse tipo societário tem “(...) como característica o reduzido número de seus componentes, o que é elemento de confiança pelo conhecimento recíproco, o que a nosso ver prevalece sobre o capital com que cada um contribui, razão pela qual a consideramos sociedade de pessoas e não de capitais”.¹² Em seguida a esse pronunciamento, o Prof. Antonio Chaves reconhece a existência do capital na limitada, lembrando, ainda, que esta aproxima-se “(...) da sociedade anônima pelo fato de os sócios não se responsabilizarem perante terceiros, além da sua quota de capital”.¹³

4 As “limitadas” brasileiras nada têm a ver com as “limited companies” inglesas

A origem da forma brasileira de sociedades por quotas de responsabilidade limitada estaria, para uns, na Inglaterra ou, para outros, na Alemanha. Em 1857, os ingleses regularam “(...) um tipo de sociedade, denominada *limited by guarantee*, pela qual os sócios respondiam, em caso de liquidar-se a sociedade, até o montante do capital estipulado no contrato. (...) Compreenda-se, entretanto,

27.8.76, p. 32, sob o título de “S/A: O Controle das Transnacionais”, in Rubens Requião, ob. cit., vol. 2, pp. 40-1.

9. Rubens Requião, ob. cit., vol. 1, p. 310.

10. Idem, ib., p. 310.

11. Naquela época, lei que se originasse de proposta do Legislativo levava a classificação de decreto. O Dec. 3.708 resultou de projeto apresentado em 1918, pelo deputado gaúcho Joaquim Luiz Osório, com base em estudo de Herculano Inglês de Souza. Veja Rubens Requião, ob. cit., p. 313.

12. Antonio Chaves, *Lições de Direito Civil — Parte Geral IV*, São Paulo: Bushatsky, Ed. da USP, 1974, p. 309.

13. Idem, ib., p. 309.

que todo esse sistema societário, visando à limitação da responsabilidade do sócio à sua contribuição ao capital social, pressupunha uma organização no tipo de sociedade anônima".¹⁴ Continuando o raciocínio, Requião é bastante explícito ao afirmar que as *limited companies* inglesas nada têm a ver com brasileiras sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Explica o mestre paranaense¹⁵ que as inglesas *limited by shares* são sociedades anônimas em que a responsabilidade do acionista não ultrapassa o valor da ação, e as *limited by guarantee* são sociedades anônimas com limitação do passivo social, em caso de liquidação da sociedade, a uma importância fixada em contrato. Portanto, andou muito mal quem viu igualdade e possibilidade de conversão entre as *limited* e as "limitadas".

Para Requião, a origem das sociedades por quotas de responsabilidade limitada — com características diferentes das de sociedades anônimas — está na Alemanha que, a 20.4.1892, regulou as *Gesellschaften mit Beschraenkter Haftung*, "Em pouco tempo, essas sociedades dominaram o comércio alemão, de molde a, em nosso tempo, ultrapassarem de muitíssimo, em número, as sociedades anônimas existentes na Alemanha".¹⁶ Solicitamos vênia para observar que Requião apenas localizou a origem, não recomendando a adoção ou continuidade do modelo, em conformidade ao ocorrido na Alemanha. O modo teutônico de organização e de definição de responsabilidade das "GBH" apresenta semelhanças com o traçado, no Brasil, para as "limitadas", porém há sensíveis diferenças estruturais entre as duas formas de organização, não havendo, v.g., para a versão brasileira, os imprescindíveis instrumentos de controle para o acompanhamento público da vida da empresa. De qualquer modo, o modelo seguido no Brasil foi o português, conforme citaremos na seção seguinte.

5 Laconismo e imprecisão do Dec. 3.708/19

O Dec. 3.708/19 é extremamente lacônico, regulando a sociedade em apreço em apenas dezoito artigos, já que o décimo nono simplesmente estabelece a revogação de disposições em contrário. Requião prefere ver, nesse laconismo, uma qualidade de síntese que permite "(...) à livre criatividade dos empresários e dos juristas, a estruturação da vida social através da liberdade do contrato".¹⁷ É lógico, entretanto, que essa "criatividade empresarial" não poderá contrariar disposição de lei.

Já o Prof. Fran Martins não vislumbra, na lei das "limitadas", correta organização dos "(...) dispositivos, muitos deles sem nenhum sentido lógico, dentro do nosso sistema jurídico. E, acima de tudo, há uma falta absurda de detalhes que torna cansativo qualquer trabalho no sentido de conceituar esse tipo social, tendo por base as características do instituto".¹⁸ Comentando essa análise do Prof. Fran Martins, o Prof. Requião afirma que o Dec. 3.708/19 tornou-se

14. Rubens Requião, ob. cit., vol. 1, pp. 310-1.

15. Idem, ibidem, p. 311.

16. Idem, ibidem, p. 313.

17. Ob. cit., vol. 1, p. 314.

18. *Sociedade por Quotas no Direito Estrangeiro e Brasileiro*, vol. 1, Rio: Forense, 1960, p. 317.

sintético porque, “(...) intencionalmente, Inglês de Souza despiu a lei portuguesa, que lhe servira de inspiração, de suas “excessivas minúcias”.¹⁹

O instrumento legal em tela faz remissões ao Código Comercial (e.g., nos arts. 2.º e 7.º) e, no art. 18, abre margem à imprecisão maior: “Serão observadas quanto às sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, no que não for regulado no estatuto social, e na parte aplicável, as disposições da lei das sociedades anônimas”.

Essa elasticidade legal exigiu notável esforço de estudiosos do assunto, citados por Requião, tais como: Waldemar Ferreira,²⁰ Egberto Lacerda Teixeira²¹ e Carlos F. da Cunha Peixoto.²² A posição do Prof. Waldemar Ferreira seria de “(...) que a sociedade por cotas se constitui como sociedade de pessoas e a lei das sociedades anônimas não lhe serve de suprimentos.”²³ Nos termos de análise de Requião,²⁴ Egberto Lacerda Teixeira admitiria que a lei das sociedades anônimas fosse usada em caráter supletivo pela sociedade por quotas de responsabilidade limitada, quando houvesse omissão contratual ou lacuna no Dec. 3.708/19. Cunha Peixoto, de acordo com Requião, sustenta que “(...) se a sociedade limitada fosse de capital, a lei sobre sociedade anônima ser-lhe-ia totalmente ajustável, na omissão de seu diploma legal, e, portanto, desnecessária, inútil, seria a expressão “na parte aplicável”. Logo, esta ressalva só encontra justificativa se considerarmos a sociedade limitada como de tipo diferente da anônima.”²⁵

Após analisar as posições dos referidos autores, Requião apresenta o seu diagnóstico, afirmando que não se deve falar em aplicação às “limitadas”, de imediato, das disposições legais relativas às sociedades por ações, por redundar esse procedimento em igualar os dois tipos societários, afrontando, assim, nosso sistema legal. Havendo omissão na lei que rege as “limitadas”, as partes devem estabelecer, nas cláusulas contratuais, as normas complementares. “Cumpre, pois, em primeiro lugar examinar o contrato (...). Sendo o contrato omissivo, deve apelar-se para as regras gerais do Código Comercial, (...) porque a sociedade por cotas se perfila entre as sociedades de pessoas”.²⁶ Só na falta de qualquer dispositivo regulamentador, seguida a ordem retro mencionada, caberia a aplicação da lei das sociedades por ações, no que fosse possível e, certamente, aduziríamos, no que não contrariasse outras leis, especialmente a própria lei das sociedades por ações.

6 Algumas características das sociedades por quotas de responsabilidade limitada

É extremamente anômala, portanto, a irregular utilização dessa forma de sociedade para ingresso de capital estrangeiro. Essa anomalia, contudo, ocorreu,

19. Ob. cit., vol. 1, p. 314.

20. *Tratado de Direito Comercial*, vol. 3, São Paulo: Saraiva, 1961, p. 416.

21. *Das Sociedades por Cotas no Direito Brasileiro*, São Paulo: Max Limonad, 1956, p. 27.

22. *A Sociedade por Cotas*, vol. 1, Rio: Forense, 1956, p. 27.

23. In Rubens Requião, ob. cit., vol. 1, p. 315.

24. Ob. cit., vol. 1, p. 315.

25. Carlos F. da Cunha Peixoto, in Rubens Requião, ob. cit., vol. 1, p. 316.

26. Ob. cit., vol. 1, pp. 316-7.

embora seja difícil admitir essa situação patológica, já que, conforme conceitua Miranda Jr., a sociedade por cotas de responsabilidade limitada é um tipo "(...) com características próprias que permitem qualificá-la como um modelo societário inconfundível (...). Tem como sua mais notável qualidade a de delimitar a responsabilidade dos sócios à importância total do capital social, enquanto este não estiver integralizado e de excluí-la quando tal acontecer".²⁷

A análise de Requião²⁸ destaca, além do personalismo inerente às sociedades por quotas de responsabilidade limitada, alguns outros — como, por exemplo, o contrato social entre cônjuges e o menor de idade como sócio-quotista — que são sérios indicadores para alguma reflexão acerca do que dissemos no início do parágrafo anterior. Acrescente-se, outrossim, que o exame da aludida análise do Prof. Requião indica que o ilustre mestre não está discorrendo a respeito de uma forma que possa revestir um gigante multinacional, mas, isto sim, uma empresa de pequeno ou médio porte. Em virtude desse presumível reduzido tamanho, esse tipo societário não deve sofrer empecilhos, em contraposição às facilidades que as grandes empresas — sociedades anônimas — possuem para, por exemplo, consumir várias hipóteses de mudanças de acionistas. Por isso, o festejado autor recomenda, com grifo nosso: "As Juntas Comerciais devem facilitar o mecanismo de transferência de cotas, (...) não exigindo fórmulas arcaicas e hoje sem maior expressão jurídica. Agindo assim, propiciará maior difusão das sociedades por cotas, em substituição às sociedades anônimas, de estrutura atual muito sofisticada, imprópria para atender as *pequenas e médias empresas*".²⁹

7 A imanente publicidade da sociedade anônima

Há, atualmente, uma tendência a maior controle das sociedades anônimas pelos Estados, tanto para expedir a autorização para funcionar, quanto para acompanhar o funcionamento, em virtude do tamanho e da importância que essas sociedades tendem a representar. Por isso, a lei criou, para as "(...) sociedades anônimas, uma série de formalidades e intensa publicidade de seus atos (...), porque a sociedade anônima se destina às grandes organizações que não só comportam como exigem absoluto formalismo e publicidade".³⁰

Uma das características, portanto, da sociedade anônima é a possibilidade, em função de sua imanente publicidade, de maior controle, a ser exercido pelo Estado, pela Junta Comercial, pelos acionistas, pela comunidade, pelos jornais e revistas (mormente os especializados) etc. A atuação desses interessados depende fundamentalmente da publicidade das informações. A abertura do capital societário enseja que a essa lista de controladores sejam agregadas as Bolsas de Valores e a CVM — Comissão de Valores Mobiliários, para as quais a necessidade de informações é ainda maior. Quanto à CVM, por exemplo, "(...) no exercício de suas funções de órgão fiscalizador e disciplinador do Mercado de

27. *Curso de Direito Comercial*: vol. 2 — *Teoria Geral das Sociedades Comerciais*, São Paulo, Bushatsky, 1978, p. 61.

28. Ob. cit., vol. 1, pp. 317-47.

29. Idem, ib., p. 340.

30. Rubens Requião, ob. cit., vol. 2, p. 6.

Valores Mobiliários, sua atuação tem que perseguir uma linha de abertura e disseminação de informações, em favor da transparência do mercado”.³¹

Não existe, para as “limitadas”, o dever legal de padronização, organização e publicação das demonstrações financeiras: balanço patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração das origens e aplicação de recursos. Esse dever legal existe para as sociedades anônimas, sendo, portanto, compreensível que duas (das três possíveis) formas legalmente eleitas para ingresso de capital estrangeiro sejam, também por esse aspecto, sob a forma de “sociedade anônima”, ou por transferência de matriz ou por participação como acionista.

Como vimos, o modo original de ingresso de companhia estrangeira, mantido pelo Dec.-lei 2.627/40, mediante autorização para funcionamento no território nacional, por si, ou por filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos, também está atrelado ao princípio da publicidade. Nesse caso, a regra é ainda mais rígida, pois, nos termos do art. 70 do Dec.-lei 2.627/40, as “(...) sociedades anônimas estrangeiras devem, sob pena de ser-lhes cassada a autorização para funcionar no país, reproduzir no órgão oficial da União, e do Estado, se for caso, as publicações que, segundo a sua lei nacional ou de origem sejam obrigadas a fazer relativamente ao balanço, conta de lucros e perdas e atos de sua administração”. No parágrafo único desse aludido art. 70, fica estabelecido que, sob a mesma pena de perda da autorização para funcionar no país, “(...) deverão as referidas sociedades publicar o balanço anual e a conta de lucros e perdas das sucursais, filiais ou agências existentes no país”.

8 Impossibilidade de confusão entre acionista e sócio-quotista

Surpreendentemente, apesar da clareza legal, alguém vislumbrou uma nova possibilidade de ingresso no país (ou de permanência, por alteração da forma societária), para as companhias estrangeiras, sob a forma de sócio-quotista nas fragilmente estruturadas sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Bastaria, entendeu a pessoa, celebrar, no Brasil, um compreensivo contrato social, com participação de pessoa jurídica estrangeira, para constituição do mencionado tipo de sociedade, e designar um representante permanente. A mesma equivocada interpretação teria ensejado a alteração de várias enormes sociedades anônimas para “limitadas”.

Estaria certo esse entendimento? O art. 300 da Lei 6.404/76, repetimos, determina que permanecem em vigor os arts. 59 a 73 do Dec.-lei 2.627/40. Embora tenhamos transcrito à exaustão o art. 64 do Dec.-lei 2.627/40, reiteramos o seu teor: “as sociedades anônimas ou companhias estrangeiras, qualquer que seja o seu objeto, não podem, sem autorização do Governo Federal, funcionar no país, por si mesmas, ou por filiais, sucursais, agências ou estabelecimentos que as representem, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionistas de sociedade anônima brasileira”.

Não há como confundir sócio-quotista com acionista de sociedade anônima nem é admissível, como vimos, um entendimento de que se aplicam às “limitadas” todas as disposições cabíveis às “sociedades anônimas”. Se assim fosse,

31. Herculano Borges da Fonseca, “A Comissão de Valores Mobiliários e o seu Papel na Economia Brasileira”, in Carta Mensal, Rio, ano XXVIII, outubro/82, 331/32.

não existiriam dois entes distintos. Com tanto mais razão, não pode prosperar insólita tentativa de tornar indeterminado o que foi precisamente determinado, tentativa essa consistente em descabida interpretação ao art. 64 do Dec.-lei 2.627/40, o que não é possível, em face de sua característica de autorização excepcional.

Observando que é problemática a dosagem certa de aplicação das sociedades anônimas às “limitadas”, em caso de omissões do contrato social ou do Dec. 3.708/19, Waldírio Bulgarelli faz a seguinte advertência: “Contudo, no que tange à aplicação dos preceitos da sociedade anônima, amplamente — interpretando-se *lato sensu* o art. 18 do Dec. 3.708/19 — acreditamos que é necessário certa cautela, pois que poderia resultar, de um lado, em torná-la uma caudatária das sociedades anônimas e, de outro, chocar-se com a sua própria configuração legal”.³²

O art. 18 do Dec. 3.708/19, com grifo nosso, manda observar, para as “sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, no que não for regulado no estatuto social, e *na parte aplicável*, as disposições da lei das sociedades anônimas”. Somente na parte aplicável e permitida. Aplica-se igualmente, às “limitadas”, como já referimos, o Código Comercial, que em seu art. 334 define que “a nenhum sócio é lícito ceder a um terceiro, que não seja sócio, a parte que tiver na sociedade (...)”. Para uma cessão de quota, em decorrência da mudança na composição societária, torna-se necessária e obrigatória a alteração de contrato social e respectivos registros, mesmo no caso de sócio minoritário da “limitada”, conforme previsão feita pelo artigo 15, do Dec. 3.708/19. Essa não é, sem sombra de dúvida, a situação que caracteriza, como regra geral, uma transferência de ação.

Rubens Requião,³³ ao explicar a estrutura das quotas das “limitadas”, esclarece que esse “(...) sistema de dividir-se o capital em cotas, de valor igual, não as confunde com as “ações” das sociedades anônimas. Estas são representadas por certificados, que gozam da natureza do título de crédito, se favorecendo com o princípio da cartularidade, que lhes empresta a qualidade de cousas móveis. As cotas, ao revés, não são tituladas, não sendo representadas em certificados”. Em fluência de pensamento, o ilustre mestre afirma, com citação a Egberto Lacerda Teixeira:³⁴ “De forma alguma se pode confundir a “cota” com “ações”, estas das sociedades anônimas. Egberto Lacerda Teixeira, a propósito, escreve que (...) a “ação” constitui um título de crédito negociável, de valor uniforme, de fácil alienação, usufruto, penhora etc., ao passo que a “parte social” ou “cota” não constitui título de crédito negociável, não se corporifica sequer em instrumento de crédito autônomo (...)”.

No volume seguinte ao da citada obra, Rubens Requião analisa a sociedade anônima. Ao discorrer acerca do acionista, comentando a Lei 6.404/76, seu esclarecimento não deixa margem a dúvidas: “Acionista é o sócio da sociedade anônima. O art. 1.º da atual lei refere-se aos “sócios ou acionistas”. É elementar que a designação de sócio se apresenta genérica, e traduz a idéia da pessoa que se associa com outrem, juntando seus cabedais, para constituir a sociedade

32. *Sociedades, Empresa e Estabelecimento*, São Paulo: Atlas, 1980, pp. 208/9.

33. Ob. cit., vol. 1, p. 328.

34. Ob. cit., p. 87.

mercantil, ao passo que o acionista se aplica especificamente ao membro da sociedade anônima ou companhia".³⁵

Waldfrío Bulgarelli deixa clara a distinção, observando que "(...) a ação difere das quotas das sociedades sobretudo pelo seu chamado aspecto objetivo, ou seja, permite ao titular adquirir a condição de acionista sem maiores formalidades, enquanto nas demais sociedades a quota tem um caráter eminentemente subjetivo, ligada as condições personalíssimas do seu titular."³⁶

As companhias estrangeiras, portanto, de acordo com o exaustivamente citado art. 64 do Dec.-lei 2.627/40, receberam autorização excepcional para participação societária no Brasil, exclusivamente como *acionistas de sociedade anônima* brasileira. Embora a lei seja muito clara, autorizando as companhias estrangeiras apenas a serem *acionistas de sociedade anônima* brasileira, o ambiente empresarial deste país foi invadido por exóticas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, nada mais, nada menos, que multinacionais, tais como: IBM, 3M, Gessy Lever, Burroughs, Mobil Oil, Toshiba, Philips, Union Carbide, Celanese, Alcan, Philco, Kodak, Colgate Palmolive, Polaroid, Gillette, Robert Bosch e muitas, muitas outras.

9 As multinacionais no Brasil

As companhias estrangeiras aumentaram significativamente sua participação na economia brasileira a partir de 1954, de acordo com informação de Ruy A. Silva Leme, que identificou, com grifos nossos, a seguinte participação, em 1973, e aversão à publicidade de informações dessas sociedades: "As multinacionais, no Brasil, por motivos óbvios, têm sido avessas à abertura de informações sobre sua situação financeira e suas operações. Maior prova deste fato está em que *aproximadamente metade das 5.000 empresas com participação de capital estrangeiro* listadas no Guia Interinvest (1973) adotam como forma jurídica a de *sociedade de responsabilidade limitada*".³⁷

Observe-se, no Quadro 1, a grande participação das multinacionais, que seria significativamente maior, se tivesse ocorrido a necessária publicação das demonstrações financeiras relativas às irregulares, no caso, sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Note-se, outrossim, que além de não conter as "limitadas", os dados colhidos pelo Prof. Ruy A. Silva Leme referem-se ao ano-base de 1973.³⁸ Houve aumento da participação das estatais e das multinacionais nos dez anos seguintes.

	<i>Estatais</i>	<i>Nacionais</i>	<i>Multinacionais</i>
100 Maiores	43,4%	14,2%	42,4%
200 Maiores	35,3%	23,1%	41,6%
5.113 Maiores	16,1%	55,8%	28,1%

Quadro 1 — Distribuição do Faturamento em Amostras das Maiores Empresas
Fonte: Ruy A. Silva Leme, ob. cit., p. 10

35. Ob. cit., vol. 2, p. 117.

36. *Manual das Sociedades Anônimas*, São Paulo, Atlas, 1980, pp. 102-3.

37. "Empresas Multinacionais e o Interesse do Brasil", *Revista de Administração*, vol. 15, (out./dez. 1980), 4/32.

38. Ob. cit., p. 10.

Mencione-se, ainda, que a preferência pela forma “limitada” tem aumentado. A gigantesca Philips, *v. g.*, era “S/A Philips do Brasil” até 1979, passando, em 1980, a “Philips do Brasil Ltda.” Interessante observar que Kotler menciona como paradigmas de multinacionais, após citar a Unilever: “Outras empresas multinacionais são a Philips Electric, a Beecham Group, a Nestlé, a Olivetti, a IBM, a Massey-Ferguson etc.”³⁹ Como acabamos de mencionar a “Philips do Brasil Ltda.” em função do gigante Philips Eléctric mencionado por Kotler, não custa destacar a presença no Brasil da igualmente citada por Kotler, e não menos ciclópica, IBM, através da “IBM do Brasil Indústria de Máquinas e Serviços Ltda.”

Curioso notar, conforme Quadro 2, que a IBM notabiliza-se como uma das dez maiores companhias norte-americanas, em número de acionistas, possuindo 558.000 acionistas. No mesmo quadro, aparecem a “Ford Motor Co.” (da qual a “Philco Rádio e Televisão Ltda.” é subsidiária) e a fantástica Exxon Corp. Surgindo o nome desta, acode-nos a idéia de que as sete irmãs do petróleo, com a compra da Gulf pela Standard Oil, passariam a ser seis. “A Gulf Oil é atualmente a sexta companhia petrolífera dos EUA. Com a fusão, nasce um consórcio petrolífero que terá um volume anual de negócios da ordem de US\$ 57,300 bilhões, o terceiro dos EUA, quase do mesmo nível da Mobil Corp., o segundo, mas ainda bem distante da Exxon, o maior do mundo”.⁴⁰ Essa colossal Mobil Corp., curiosamente, instalou a “Mobil Oil do Brasil Ind. e Com. Ltda.”.

<i>Empresa</i>	<i>Número de Acionistas</i>
American Telephone & Telegraph	3.010.000
General Motors	1.261.000
Exxon Corp.	755.000
International Business Machines (IBM)	558.000
General Electric	527.000
General Telephone & Electronics	494.000
Ford Motor Co.	329.000
U. S. Steel	325.000
Gulf Oil	307.000
Texaco, Inc.	301.000

Quadro 2 — Companhias norte-americanas com o maior número de acionistas

Fonte: Lawrence J. Gitman, *Princípios de Administração Financeira*, São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1978, p. 21, Tabela 2.6, montada com base em dados da New York Stock Exchange, 1973. Fact Book (New York: New York Stock Exchange, 1973), p. 33.

39. *Administração de Marketing: Análise, Planejamento e Controle*, São Paulo, Atlas, 1975, p. 1.126.

40. Veja “O Maior Negócio da História dos EUA: Standard Oil compra Gulf”, *Jornal da Tarde*, 7.3.84, p. 7.

No parágrafo anterior, a IBM foi citada. Por equidade, diga-se que sua concorrente "Burroughs Eletrônica Ltda." é também, já se viu, "limitada", bem como é preciso referir que o fenômeno espalha-se a outros setores industriais: "Merck Sharp & Dohme Ind. Quim. Farm. Ltda.", "Laboratórios Anakol Ltda.", "Avon Cosméticos Ltda.", "Melitta do Brasil Ltda.", "Chicle Adams Ltda.", "Refinações de Milho Brasil Ltda.", "Linhas Corrente Ltda.", "Fazendas Swift-Ranch Ltda.", "MWM Motores Diesel Ltda.", "Honda Motor do Brasil Ltda.", "Moore Formulários Ltda." etc. etc.

Por brevidade, não tornaríamos a lista nominal maior, lembrando apenas que cerca de 2.500 empresas, em 1973, conforme informação já transcrita do Prof. Ruy A. Silva Leme, estavam organizadas sob a forma de sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Essa forma seria irregular, em virtude de participação de capital estrangeiro que torna obrigatória, no caso, a forma "sociedade anônima".

Tivemos oportunidade de demonstrar que a irregular forma não vem sendo adotada por pequenas companhias estrangeiras. Para aumentar nosso constrangimento, o autor norte-americano Philip Kotler, ao tentar exprimir o que seja multinacional — antes de arrolar as "outras, tais como Philips e IBM", que referimos — espanca-nos involuntariamente com a seguinte informação: "A Unilever, uma empresa anglo-holandesa, é um ótimo exemplo de empresa multinacional, com matrizes gêmeas em Londres e em Roterdã. Tem fábricas em mais de 50 países e vende seus produtos em mais de 70. Fabrica alimentos, produtos de limpeza e margarina. A Unilever vende mais produtos de limpeza que a Procter e Gamble e mais alimentos preparados que a General Foods".⁴¹ Sucede que esse gigante que faz sombra às ciclópicas "Procter e Gamble" e "General Foods" possui, no Brasil, um conglomerado liderado pelas "Indústrias Gessy Lever Ltda.", com controle por "Mavibel do Brasil Indústria e Comércio Ltda.", que, por seu turno, tem como sócios-quotistas a "Unilever NV" e a "Mavibel (Maatschappij Voor Internationale Beleggingen) BV", ambas com sede na Holanda.

O elenco, contudo, estende-se a muitas outras gigantescas organizações que possuem "limitadas" no Brasil. Com base na obra dos Profs. Vieira e Cargato⁴² — que classificaram as maiores multinacionais operando no Brasil, de acordo com o faturamento mundial em bilhões de dólares — apresentamos, no Quadro 3, algumas multinacionais que operam no Brasil sob a vestimenta de "limitadas", diretamente ou por meio de subsidiárias (caso da Ford, através da "Philco Rádio e Televisão Ltda.", da Nestlé, através da "Socopal — Sociedade Comercial de Corretagem de Seguros e de Participações Ltda.", e da Volkswagenwerke, através da "Volkswagen Caminhões Ltda.", sucessora da "Chrysler Motors do Brasil Ltda.", também "limitada" e, por isso, também mencionada no Quadro 3, embora já sucedida).

41. Ob. cit., pp. 1.125-6.

42. *Multinacionais no Brasil — Diagnóstico e Prognóstico*, São Paulo: Ed. Saraiva, 1976, pp. 373-7.

<i>Procedência</i>	<i>Nome</i>	<i>Posição Internacional por procedência</i>
Norte-americanas	Ford Motor Co.	1. ^a
	IBM — International Business Machine	5. ^a
	Mobil Oil	6. ^a
	Chrysler	7. ^a
	Union Carbide	14. ^a
	Eastman Kodak	16. ^a
	Singer Co	20. ^a
	3M Minnesota Mining and Manufacturing	29. ^a
	Colgate Palmolive	44. ^a
	Celanese	48. ^a
Alemãs	Volkswagenwerke AG	1. ^a
	Farbwerke Hoechst AG	4. ^a
	BASF	5. ^a
	Mannesmann	11. ^a
	Robert Bosch	12. ^a
Japonesas	Hoesch AG	13. ^a
	Mitsubishi Heavy Industries	3. ^a
	Mitsubishi Electric	10. ^a
Britânicas	Mitsubishi Chemical Industries	14. ^a
	British Petroleum Co. Ltd.	1. ^a
Suíças	The Rio-Tinto Zinc Co. Ltd.	8. ^a
	Nestlé AG	1. ^a
Francesa	Ciba-Geigy	2. ^a
	Rhône Poulenc S/A	4. ^a
Canadense	Alcan Aluminium Ltd.	1. ^a
Holandesa	NV Philips Gloeilampenfabriken	1. ^a
Anglo-holandesa	Unilever NV	2. ^a

Quadro 3 — Posição por faturamento internacional de algumas multinacionais que possuem, no Brasil, representação sob forma de sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Fonte: Dorival T. Vieira e Lenita C. Camargo, ob. cit., pp. 7, 42, 56, 57, 65, 66 150-77 320-35 e 373-7.

10 Comportamento original das multinacionais

A atitude das companhias estrangeiras em suas matrizes é completamente diverso, em função da vigilância exercida pela sociedade e pelo Governo locais. Charles Perrow, *v. g.*, defensor da necessidade de “administração progressista”, que implica em maior participação acionária, cita o caso da Magnavox, como indesejável exemplo contrário a tal forma de administração. Diz aquele autor norte-americano que a Magnavox é “(...) dirigida por um único presidente, indivíduo perfeccionista, que mantém o controle acionário da empresa (oito por cento das ações) e é auxiliado em sua tarefa de administração por um

pequeno número de pessoas (...).⁴³ Perrow prossegue na análise, tratando com extremo azedume uma empresa considerada “familiar”, em que o controlador possui 8% das ações. Nota-se, assim, como o norte-americano, *e. g.*, vê com desconfiança uma empresa grande, mas do tipo familiar, fechada. Como reagiria a crítica dessa sociedade, se seu ambiente empresarial fosse invadido por irregulares sociedades por quotas de responsabilidade limitada?

Deslocando o pensamento para a Europa e lembrando a presença, entre nós, de sociedades teutônicas sob a irregular forma “limitada”, preocupa saber que “(...) as empresas alemãs figuram entre as sociedades anônimas de capital mais pulverizado ou democratizado do planeta. (...) E a Bayer é considerada a empresa mais “aberta” do mundo: o capital controlador mal passa de 3% da propriedade social da empresa. Assembléia de acionistas da Bayer (...) reúne mais de 2 mil acionistas (...)”.⁴⁴ Voltando ao continente americano, relembraríamos, conforme Quadro 2, que a matriz da “IBM do Brasil Indústria de Máquinas e Serviços Ltda.” possui, no país de origem, o exemplar número de 558.000 acionistas.

11 Conclusão

As multinacionais não são nossos adversários. Sua presença interessa, no mínimo, como fonte de geração, direta ou indireta, de emprego e como organizações com elevadíssimas habilidade competitiva internacional e capacidade de concentração tecnológica e de capitais. Façamo-las, pois, nossas parceiras, mas dentro de nossas regras legais. É preciso dizer, também, que a legislação brasileira e os instrumentos de controle relativos à matéria são extremamente anêmicos, com raquitismo que merece análise em outra oportunidade.

43. *Análise Organizacional: um Enfoque Sociológico*, São Paulo: Atlas, 1972, p. 152.

44. Joelmir Betting, “Imagem Política”, in *Folha de S. Paulo*, 20.5.81, p. 17.